

INOVAÇÕES EM PROL DA DEFESA E DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

*Aula magna para os alunos do Curso Superior de Defesa
da Escola Superior de Guerra*

Rio de Janeiro, 02 de março de 2015

Senhoras e senhores,

Antes de mais nada, como o carioca que sou, gostaria de compartilhar com os senhores o meu carinho por esta cidade e de fazer menção aos seus 450 anos, que se completaram ontem com uma linda festa.

É com grande alegria que me junto a esta diletta audiência nesta manhã para compartilhar ideias sobre a nossa política de defesa.

Quero falar-lhes não apenas dos rumos de nossa ação política no campo da Defesa – o que deve ser a sua expectativa hoje.

Quero falar-lhes também de um conjunto de ações inovadoras que vêm sendo empreendidas nos últimos anos e que serão continuadas ao longo de minha gestão.

Refiro-me a ações inovadoras não apenas no âmbito do reaparelhamento com tecnologias de ponta, mas também, e principalmente, a ações inovadoras diretamente relacionadas à interoperabilidade no âmbito da formação de indivíduos e da administração de instituições.

Nosso Governo – os senhores bem sabem – elegeu a educação como eixo de sua atuação nos próximos quatro anos, o que confere significado especial a este evento.

Esta Conferência dá início aos trabalhos da 3ª edição do Curso Superior de Defesa da ESG, inaugurado em 2013 com o objetivo de reunir conteúdos e atividades comuns aos cursos de Altos Estudos das Forças Armadas e da própria ESG.

Temos também entre nós os alunos que iniciarão a 30ª edição do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da ESG, cuja origem se confunde com a história da própria Escola.

Aliás, este ano marca o 30º aniversário do CAEPE em seu formato atual: em 1985, em plena transição democrática, a Escola preocupou-se em ajustar seus conteúdos aos novos tempos.

Hoje, em seguimento a mais uma das boas iniciativas de seu antigo Comandante, o Almirante Leal Ferreira, a ESG ensaia nova modernização, mediante a criação de um programa de pós-graduação *stricto sensu* que se juntará aos já estabelecidos na EGN, na ECEME e na UNIFA.

O fato de estarmos todos aqui é, por si só, motivo de celebração e simboliza a crescente interação de nossos oficiais superiores – um processo que precisa se intensificar continuamente se quisermos bem defender nossa Pátria.

Somente por meio da plena interoperabilidade de nossas Forças Armadas poderemos alcançar êxito em nossa missão constitucional.

E me parece óbvio que só poderemos chegar a esse resultado se nos conhecermos bem.

É óbvio, também, que esse processo requer a camaradagem tão necessária para azeitar as estruturas de hierarquia e disciplina, sem as quais Forças Armadas efetivas e profissionais simplesmente não podem subsistir.

Há obviedades que devem ser ditas. Para manter o norte, com frequência é preciso reconhecer e repisar o óbvio.

Quem aqui já comandou saberá do que estou falando.

Saberá também que não se constrói interoperabilidade por decreto. Estamos falando de um processo, que, em alguns países, se estendeu por décadas.

Felizmente, não precisamos percorrer os mesmos caminhos nem cometer os mesmos erros – podemos aprender com as experiências alheias.

Aliás, a presença de oficiais de nações amigas em nossos cursos de altos estudos oferece boa oportunidade para fazê-lo.

Saúdo, a propósito, os estagiários estrangeiros da Alemanha, Equador, Líbano, Peru e Venezuela aqui presentes. Sejam bem-vindos ao nosso convívio e desfrutem ao máximo.

Ao mencionar sua presença, abro parênteses para sublinhar a conveniência de se intensificar a presença de oficiais de nações amigas em nossos cursos.

Convém, principalmente, continuar a ampliar a cooperação com os países do nosso entorno estratégico.

Precisamos compreender melhor as percepções e as ansiedades de nossos amigos, para aprimorar nossa capacidade de reforçar continuamente os laços de confiança, de forma criativa, solidária e duradoura.

Aplicada no nível regional, essa maior intimidade com nossos vizinhos sul-americanos muito beneficiará nossa capacidade coletiva de dissuasão contra possíveis ameaças vindas de fora.

Sei que já existe um fluxo consolidado de oficiais nos dois sentidos – tanto estrangeiros, que recebem uma parcela de sua formação no Brasil, quanto brasileiros, que participam de cursos e atividades educativas no exterior.

Quando avalio os aportes dessas experiências ao nosso conhecimento do mundo e sua relevância para a nossa projeção internacional como uma potência emergente, respeitada e pacífica, concluo que deveríamos encontrar meios para ampliar ainda mais esse esforço.

Seja essa, desde logo, minha primeira sugestão para as próximas edições desse curso.

E, com isso, fecho os parênteses que abri. Volto ao que lhes dizia sobre o processo de aperfeiçoamento de nossa interoperabilidade.

Os cursos que hoje se iniciam desempenham papel crucial nesse processo.

Nos últimos anos, o Ministério da Defesa logrou começar a integrá-los: há conferências conjuntas, há conteúdos previamente combinados, há trocas que se intensificam a cada ano, e isso tudo é muito construtivo.

Felizmente, já vai relativamente longe o tempo em que o conteúdo e os trabalhos desses cursos evoluíam de forma paralela, e há um espaço cada vez maior para que oficiais de cada Força participem de cursos oferecidos pelas demais.

Essa prática tem trazido muitos benefícios para nossa nação, permitindo intensificar os debates conjuntos das três Forças sobre temas da atualidade e sobre os desafios e oportunidades da nossa defesa nacional.

Entre os benefícios dessa experiência, está o enriquecimento das análises feitas pelos senhores, já que cada Força tende a abordar os problemas da Defesa de seu ângulo específico.

Com base no que já pude observar desde que me tornei Ministro da Defesa, tenho confiança para expressar que os olhares de cada Força são também, em grande medida, complementares.

Se os senhores trabalharem mais intensamente uns com os outros, aprofundando essa interoperabilidade no âmbito de suas formações, todos aprenderão mais.

E, simultaneamente, esse processo criará valiosas oportunidades para fortalecer os vínculos fraternais que unem os oficiais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Afinal, que outro local se presta melhor à construção de sólidos vínculos de amizade e camaradagem do que os bancos escolares?

Eis um belo desafio para as áreas de formação das três Forças, para a ESG e para o MD – trata-se de uma oportunidade de inovar a gestão da Defesa, que não podemos desperdiçar.

Tenho certeza, ademais, de que veremos um número cada vez maior de iniciativas de aperfeiçoamento e modernização dos currículos de nossas academias militares em prol de uma interface cada vez mais consistente e multifacetada com a sociedade civil.

No âmbito do MD, Estou seguro de que a Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, a SEPESD, compreende bem esse desafio, e confio em que o General Silva e Luna, com sua experiência, conseguirá superá-lo continuamente, valendo-se de instrumentos de que já dispõe, como a Comissão Permanente de Interação do Ensino Militar – a CPIEM.

A Secretaria Geral do MD, por meio de sua recém-criada Comissão Permanente de Ensino de Defesa – a COPEDE –, também estará pronta a colaborar com esse objetivo maior da formação conjunta de nossos oficiais superiores.

★★★

Senhoras e senhores,

O processo de fortalecimento da interoperabilidade de nossas Forças é crucial para garantir o seu emprego eficaz.

Mas a interoperabilidade é um meio; não é um fim em si mesma.

Ela é parte do aperfeiçoamento do preparo de nossos militares e civis que trabalham em prol da defesa do Brasil.

E o preparo é tradição nas nossas Forças – uma tradição que os senhores têm, a partir de hoje, a responsabilidade de aprimorar e transferir às próximas gerações.

Outra parte relevante na implementação interoperacional de nossa política de Defesa consiste na obtenção dos meios necessários para o emprego da força militar.

Torna-se cada vez mais evidente que a interoperabilidade é condição para o emprego eficaz e efetivo da força militar.

Mas o que nem sempre se nota é o fato de que ela pode aportar eficiência à administração dos meios de que dispomos, via economias de escala.

Quero chamar sua atenção para um exemplo simples e concreto: observem que esses temas – orçamento e interoperabilidade – estão interligados.

Compras centralizadas de material comum, para dar um exemplo, resultam em vultosas economias de recursos e de tempo.

Outras unidades do Poder Executivo já acumularam boas experiências nesse campo. Podemos aproveitá-las na área da Defesa.

As economias auferidas nessas compras podem ampliar o orçamento de investimentos do Ministério da Defesa, permitindo alcançar a condição de reaparelhamento a que tanto almejamos.

Mas o principal não é sequer a economia de recursos, tão necessária hoje em dia.

O principal é prover aos nossos oficiais as condições para destinar seu tempo e qualificação ao preparo e ao emprego das Forças, que é sua missão precípua.

Ao permitirmos que nossos oficiais se concentrem nas atividades para as quais se prepararam durante toda a sua vida, alocaremos de forma mais inteligente nossos recursos humanos, o que nos permitirá dimensionar de modo mais apropriado os efetivos ideais no presente e no porvir.

Parto desse exemplo concreto para mostrar-lhes que ações muito específicas podem constituir inovações na gestão das políticas públicas de defesa.

Para citar mais exemplos concretos, refiro-me ao processo logístico, acompanhado de perto pelo Brigadeiro Rossato, que culminará na duplicação das capacidades do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) – um centro que é parte fundamental para a consecução de nossos objetivos de atingir excelência no ensino e na área científico-tecnológica.

Releva mencionar ainda o histórico Instituto Militar de Engenharia (IME), cuja tradição remonta à criação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, na cidade do Rio de Janeiro, em 1792, por Dona Maria I.

Sua tradição e renome seguem elevados através dos tempos mercê de suas constantes evoluções e inovações.

Sinto-me confiante que assim continuará a ser, conhecedor que sou da atenção especial que o General Villas Bôas devota à formação e ao aperfeiçoamento do pessoal de nosso Exército.

A inovação não se faz apenas pela criação de equipamentos modernos, capazes de ampliar a eficácia do emprego da força.

Ela se faz também na melhoria da capacidade de resposta, na ampliação da eficiência logística, na alocação mais apropriada das competências de que dispomos para atingir nossos objetivos e, assim, ampliar nossa capacidade de dissuasão, em obediência à Estratégia Nacional de Defesa.

Cabe dizer que inovações não são obra do acaso.

Elas se inscrevem no marco de uma visão estratégica de permanente aprimoramento da Defesa Nacional brasileira.

Por meio delas, materializamos o processo de reorganização do setor de defesa no Brasil, que se firma como um dos eixos de promoção do desenvolvimento socioeconômico de nosso país.

Inovações políticas funcionam como pontes entre a Defesa que temos e a que teremos em um futuro não muito distante.

Funcionam também como espaços de diálogo entre civis e militares envolvidos na promoção da Defesa nacional.

Instrumentalizam, ainda, a aprendizagem coletiva, e favorecem nosso domínio sobre as tecnologias necessárias para assegurar nossa autonomia política e acelerar o ritmo de nosso desenvolvimento econômico.

Esse processo não é fácil. Nada que seja realmente importante e valioso é fácil.

Estamos falando de uma política de Estado, aberta aos aperfeiçoamentos que os governos democraticamente eleitos aportam à sua implementação.

Uma política que se desdobra em quatro dimensões principais: a atenção às transformações da conjuntura internacional; o entorno estratégico; o cenário doméstico; e a dinâmica institucional da Defesa Nacional

As duas primeiras, de que falarei primeiro, estão interligadas e vinculam os ambientes internacional e regional, aprimoram a capacidade dissuasória do Brasil e ampliam seu potencial de liderar ações em prol da paz no cenário internacional.

A terceira, que será tratada na sequência, reafirma a relação indissociável entre Defesa e desenvolvimento nacional.

A quarta, mais palpável, será ilustrada por uma série de exemplos de inovações institucionais nos documentos de defesa e no Ministério da Defesa.

Juntas, essas quatro dimensões vêm reestruturando o setor de Defesa em nosso país. É sobre isso que quero falar-lhes na parte final desta nossa conversa.

As profundas transformações nas conjunturas externa e interna impõem a necessidade de adaptação de nossa política de defesa a uma realidade em constante evolução.

Felizmente, os militares, assim como os políticos, estão habituados a mirar em alvos móveis.

Precisamos continuar preparando nosso país para responder aos desafios e às potenciais ameaças à segurança nacional de forma responsável, perspicaz e efetiva.

No mundo de hoje, indivíduos e comunidades políticas realizam importantes avanços nos níveis de bem-estar, de justiça social e de acesso a oportunidades.

Entretanto, convivemos também, e muito de perto, com conflitos, elevados níveis de violência e acentuada disputa por recursos naturais.

Acontecimentos recentes têm levado vários observadores a apontar que o ambiente internacional no campo da defesa e da segurança passa por um processo de mudança estrutural.

Tensões nos Mares do Sul e no Leste da China, conflitos étnicos e religiosos com manifestações em todo o globo, crises humanitárias na África, encruzilhadas como a que se vê hoje na Ucrânia, desequilíbrios econômicos que põem em risco o projeto de integração europeu, tudo aponta para a progressiva transformação da realidade unipolar dos últimos 25 anos pós-Guerra Fria.

A instabilidade geopolítica contemporânea estende-se a regiões da África que nos interessam particularmente.

Por exemplo, a Nigéria, que muito que tem sofrido com os ataques do grupo islâmico Boko Haram, merece detida atenção: trata-se do maior produtor de petróleo do continente, décimo do mundo e principal parceiro comercial africano do Brasil.

Ainda na África, a deterioração da situação na Líbia para um novo cenário de violento conflito civil traz especial preocupação, pois a instabilidade no país tem transbordado para toda a região do Sahel.

No Oriente Médio, além dos históricos conflitos de Israel com o Hamas, em Gaza, e com o Hezbollah, no sul do Líbano, a Síria enfrenta desde 2011 uma guerra civil, hoje agravada pelo crescimento do poder do chamado Estado Islâmico.

Paralelamente, assistimos ao acelerado progresso científico e tecnológico, com destaque para as áreas da cibernética e da biotecnologia, com vinculação imediata a atividades de natureza militar.

E o terrorismo – um fenômeno político ainda desprovido de conceituação jurídica consensual no plano internacional – adquiriu feições preocupantes, como ilustra o recente atentado contra a sede do jornal satírico francês Charlie Hebdo, no coração de Paris.

Convivemos, igualmente, com mudanças cujas implicações para o setor de Defesa ninguém consegue, ainda, estabelecer com segurança. E cito algumas:

- √ a insegurança energética, a despeito da redução, pela metade, dos preços do petróleo bruto no mercado internacional;
- √ a acelerada transformação nos mercados de trabalho;
- √ o aumento nos fluxos de migrações internacionais e intrarregionais;
- √ a expansão do crime organizado transnacional;
- √ o crescimento dos movimentos ultranacionalistas e neonazistas;
- √ o risco de proliferação de armas de destruição em massa;
- √ o desafio de proteger a privacidade de informações sensíveis e estratégicas na era digital;

√ os desequilibrados ritmos de crescimento demográfico em diferentes países, gerando excesso de jovens carentes de qualificação superior em alguns espaços e sociedades envelhecidas e sofisticadas em outros;

√ o desrespeito frequente aos princípios da não intervenção e da autodeterminação por parte de algumas das grandes potências econômicas e militares.

Nesse cenário estratégico novo, eleva-se o grau de competição e rivalidade entre as grandes potências, o que nos lembra de que as antigas ameaças permanecem presentes – como sempre.

Essa nova realidade internacional, cuja polaridade segue indefinida, carece, ainda, de mecanismos de governança perfeitamente legítimos e eficazes.

Como resultado, é concreta a possibilidade de que diferentes regiões do mundo venham a sofrer reflexos diretos e indiretos de acontecimentos distantes, aparentemente isolados.

Faço menção a tantos elementos de instabilidade para compartilhar com os senhores algumas impressões acerca da conjuntura internacional, ora em ebulição, e dos desafios que os novos contornos da ordem internacional nos impõem.

Mas, como sabemos, grandes desafios oferecem grandes oportunidades.

Pela primeira vez em sua história, o Brasil está em condições de contribuir ativamente para a reforma das instituições internacionais e para a reconfiguração da ordem global.

Somos uma das dez maiores economias do mundo e temos voz ativa nos grandes foros decisórios internacionais.

Mais do que isso, temos sido capazes de renovar o processo decisório internacional, por meio da consolidação de novos foros e mecanismos de concertação, como o agrupamento BRICS, o Fórum IBAS e o G-20 comercial.

Vejam que é possível, e às vezes necessário, inovar também no plano internacional.

O Brasil deve, portanto, encarar o momento de instabilidade e redefinição que vivemos no ambiente externo como uma oportunidade histórica de nossa inserção.

Por um lado, podemos realizar mudanças que nos fortaleçam a capacidade de defesa contra ameaças externas, reforçando a posição de liderança regional que o país já detém – uma liderança dedicada à promoção da paz, da cooperação e da estabilidade nas relações internacionais.

Por outro lado, indefinições e vácuos políticos funcionam como incentivo à nossa participação efetiva na construção de uma nova ordem internacional mais justa, próspera e sustentável.

★★★

Senhoras e senhores,

Nosso patrimônio nacional em termos de recursos naturais coloca o Brasil em posição bastante privilegiada no cenário mundial.

Possuímos vastas reservas de água, de petróleo e de gás natural, além de importantes riquezas minerais.

A produtividade agrícola e pecuária brasileira, resultado de ingentes investimentos em pesquisa, tecnologia e inovação aplicadas ao setor de commodities, contribui historicamente para a prosperidade do país e para a segurança alimentar do mundo.

A matriz energética brasileira é significativamente diversificada, e possui o potencial de se diversificar ainda mais, para além da exploração da Pré-Sal, em direção a novos nichos de oportunidade alinhados aos imperativos ambientais do novo século.

É missão do Ministério da Defesa e das Forças Armadas Brasileiras, respectivamente, articular e operacionalizar a proteção desse patrimônio. É fundamental consolidar nossa capacidade de dissuadir possíveis ameaças e de gerir a exploração de nossos próprios recursos com autonomia.

A abundância de recursos não é privilégio exclusivo do Brasil em nosso entorno estratégico.

Por exemplo, a Argentina dispõe de terras muito férteis e de uma riquíssima extensão de águas jurisdicionais.

O Chile possui as maiores reservas conhecidas de minério de cobre – que responde por 40% de suas exportações.

A Colômbia possui carvão de grande qualidade, do qual, aliás, carecemos.

A Venezuela possui a sexta maior reserva de petróleo e a nona maior reserva de gás do planeta.

A Bolívia possui jazidas de gás duas vezes superiores às brasileiras.

O Paraguai conta com um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo.

Não quero me estender citando as riquezas de cada um de nossos vizinhos, mas não é ocioso lembrar que estão na América do Sul a maior floresta tropical, o maior estoque de biodiversidade e as maiores reservas de água doce do planeta.

Temos todos, coletivamente, a responsabilidade de proteger esse patrimônio.

A América do Sul é uma região extremamente rica em recursos minerais, em energia, em potencial agrícola e em biodiversidade, marcada por profundas assimetrias entre os Estados que a compõem.

Isso a expõe a riscos estratégicos que não podem ser negligenciados na formulação de uma política de Defesa nacional e regional.

Ao mesmo tempo, salta aos olhos o baixo índice de conflitos interestatais na América do Sul em comparação a outras regiões do mundo – uma das características mais positivas das relações de segurança de nosso subcontinente.

Ao longo das últimas duas décadas, dois grandes fatos contribuíram para reduzir ainda mais as tensões, tanto no plano doméstico quanto nas relações regionais dos países da América do Sul: a redução significativa da desigualdade social e a consolidação do sistema democrático.

As melhorias nas condições de vida da população da região resultaram da adoção de políticas públicas centradas em três pilares: maior proatividade do Estado nas políticas de desenvolvimento; maior integração com os mercados globais; e, sobretudo, inovação exemplar nas políticas sociais.

Ao consolidarem a UNASUL, os países da América do Sul trabalham hoje na formação de um grande bloco de 17 milhões de quilômetros quadrados e de mais de 400 milhões de habitantes.

Esse processo destina-se tanto a defender seus interesses estratégicos quanto a promover seus interesses inalienáveis de desenvolvimento com justiça social, preservando sua autonomia política e sua identidade cultural, protegendo seu povo e suas riquezas.

Convém que continuemos a lançar um olhar mais apurado sobre a América do Sul e sua importância política, econômica e estratégica para o Brasil.

A prioridade que o Brasil atribui à América Latina, e particularmente à América do Sul, é uma realidade essencial não apenas de nossa política externa, mas também de nossa política de defesa.

Isso se explica pelas características geopolíticas de nosso país, pelas circunstâncias internacionais e pelo disposto no artigo 4º da Constituição Federal.

Por isso, aprofundaremos nossa cooperação sul-americana na área de defesa, por meio do fortalecimento de canais institucionais regionais como o Conselho Sul-Americano de Defesa e, agora, de sua recém-criada Escola Sul-Americana de Defesa, a ESUDE.

Compartilho com os senhores minhas elevadas expectativas em relação à Escola e antevejo promissoras oportunidades de cooperação entre ESUDE e não apenas a ESG e o Instituto Pandiá, mas também a EGN, a ECEME e a ECEMAR.

Por essa via, será possível compartilhar com nossos vizinhos nossas percepções sobre as mudanças políticas e estratégicas de interesse da América do Sul e melhor conhecê-los, consolidando a identidade e a cultura de defesa em nosso continente.

Ao aproximarmos nossas visões e nossa formação, transformaremos nossa cooperação internacional em poderoso instrumento a serviço da defesa integrada na América do Sul.

Senhoras e senhores,

Eu não poderia deixar de concluir essa menção à conjuntura internacional contemporânea e ao nosso entorno estratégico sul-americano sem me referir também à África e ao Atlântico Sul.

Na já conhecida expressão de Alberto da Costa e Silva, “um rio chamado Atlântico”, o Atlântico Sul foi definido como um rio que une duas margens, mais do que um oceano que separa dois continentes.

Eu tive o privilégio, de maneira muito especial, de vivenciar a verdade dessa expressão por meio de minha vida na Bahia, principalmente em Salvador, que é a mais africana das cidades brasileiras.

Em fevereiro do ano passado, estive na sede da União Africana, em Adis Abeba, para entregar a declaração final do encontro “África e diáspora africana”, que ocorreu em Salvador, em 2013.

A África é nosso continente irmão, e o estreitamento de laços por meio da diáspora africana no Brasil demonstra que podemos vir a ser parte de uma crescente integração africana.

A cooperação com os países africanos na área de defesa potencializa nossas capacidades compartilhadas de defender nossa região.

Nenhum dos países ribeirinhos ao Atlântico Sul pode, sozinho, protegê-lo.

A própria natureza das ameaças que enfrentamos impõe respostas baseadas em ações concertadas – eis porque devemos robustecer nossa atuação no âmbito da ZOPACAS e da CPLP.

Ameaças contemporâneas internacionalizadas, como a pirataria, o tráfico de ilícitos e a pesca ilegal geram instabilidade para toda a região e ameaçam a segurança marítima dos países sul-atlânticos.

O Atlântico Sul nos une, ademais, à Antártida, que também integra nosso entorno estratégico e encerra um enorme potencial em termos de riquezas naturais e conhecimento.

Por meio da concertação regional, de exercícios conjuntos e do fortalecimento das instituições regionais, o Atlântico Sul reafirmará sua condição de zona de paz e cooperação, livre de armas nucleares e de ameaças à segurança marítima.

★★★

Senhoras e senhores,

Em pouco mais de dez anos, o Brasil viveu uma verdadeira revolução em termos de inclusão social.

Em especial as famílias com crianças, os negros e os nordestinos, ou seja, alguns dos segmentos de nossa população historicamente marginalizados pelo modelo antigo de desenvolvimento adotado em nosso país, deixaram a situação de pobreza extrema.

Segundo dados recentes do Banco Mundial, a pobreza mais severa, considerada em suas diversas dimensões, e não apenas na de renda, caiu de 8,3% da população, em 2002, para o equivalente a 1,1% dos brasileiros em 2013.

É para mim um motivo orgulho e uma satisfação fazer parte desse projeto político vencedor, que já legou ao Brasil uma guinada extraordinária – e inovadora – em sua própria história.

Mas isso também significa que temos a responsabilidade de avançar ainda mais nessa direção, de reduzir as privações que afligem esses mais de dois milhões de brasileiros.

Nosso cenário atual combina os avanços das políticas sociais a um conjunto de ajustes econômicos e orçamentários – necessários para recuperar o crescimento da economia o mais rápido possível, criando condições para a queda da inflação e da taxa de juros no médio prazo.

Segundo nossa Presidenta, em mensagem enviada ao Congresso no início de seu novo mandato, esses ajustes são necessários para manter o rumo e ampliar oportunidades, preservando os programas de proteção social.

Algumas dessas medidas têm caráter corretivo, de modo que os cortes parciais em benefícios como o seguro desemprego não configuram medidas fiscais, mas, sim, aperfeiçoamento de políticas sociais.

A necessidade de contenção de gastos e despesas atinge, atualmente, todos os Ministérios e órgãos do Estado brasileiro.

Obviamente, essa necessidade afetará o Ministério da Defesa e as Forças Armadas.

O que quero ressaltar aqui hoje é o meu compromisso de empregar todos os meus esforços e o meu capital político em favor da preservação dos programas prioritários e dos projetos estratégicos da Defesa, mesmo nesse cenário restritivo.

E farei isso no marco de ações inovadoras como as que lhes expus há pouco.

Esse compromisso decorre, é claro, de minha franca intenção de realizar uma boa gestão à frente do Ministério da Defesa.

Mas, sobretudo, esse compromisso resulta de minha crença pessoal na Defesa como propulsora do desenvolvimento nacional e da inovação – uma crença que se alinha perfeitamente à Estratégia Nacional de Defesa.

Peço licença para citar, na íntegra, um de seus trechos, que ilustra a condição da política de defesa como uma política de Estado:

[Citação] “A estratégia nacional de defesa é inseparável da estratégia nacional de desenvolvimento. Esta motiva aquela. Aquela fornece escudo para esta. Cada uma reforça as razões da outra. Em ambas, se desperta para a nacionalidade e constrói-se a Nação. Defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não. Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento”. [Fim da citação]

Os projetos estratégicos das Forças Armadas trazem importantes ganhos para o Brasil: além de promoverem pesquisa e desenvolvimento de tecnologias nacionais, eles impulsionam a economia do país, aquecem o mercado de trabalho e geram produtos exportáveis de alto valor agregado.

Foi com muita satisfação que recebi a notícia, no segundo mês de minha gestão, de que o cargueiro KC-390, que é o maior avião já fabricado pelo Brasil e substituirá os Hércules C-130 na Força Aérea Brasileira, levantou voo pela primeira vez.

Estive na semana passada em Itaguaí, onde conheci o Estaleiro e Base Naval que abrigam o Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha, que está desenvolvendo o submarino de propulsão nuclear brasileiro.

Amanhã, embarcarei para Manaus, onde conhecerei mais de perto a atuação do Exército na Amazônia, região prioritária que será melhor monitorada à medida que se desenvolve o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – um dos Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro.

Considero esses e outros Projetos Estratégicos das Forças Armadas como estruturantes e prioritários, e é essa a orientação que recebi da Presidenta Dilma Rousseff.

Garantir a consecução desses projetos é garantir o desenvolvimento de tecnologias e de equipamentos fundamentais para o Brasil, e é também concretizar a capacidade do país de perseguir seus objetivos estratégicos de médio e longo prazo.

Isso consolida, ademais, as ações políticas inovadoras que implementamos ao integrar nossos programas aos dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Senhoras e senhores,

Toda política pública necessita de instituições e normas para prolongar seus efeitos no tempo.

Quando se trata de políticas de Estado, mais estáveis e de maturação mais longa, as instituições desempenham papel ainda mais relevante.

Isso porque, por um lado, elas legitimam a própria substância da ação política, ao servirem de veículo para a materialização da vontade popular.

Por outro lado, instituições não podem ser mudadas facilmente, razão pela qual conferem previsibilidade à ação do Estado no médio e longo prazos.

No campo da Defesa, em nosso país, o arcabouço institucional vem mudando rápida e profundamente.

Neste ano, o Ministério da Defesa completará dezesseis anos. É um período curto, especialmente se levarmos em conta dois processos mais amplos, que condicionam a reorganização do setor de Defesa em nosso País.

O primeiro deles consiste na sucessão de crises econômicas que superamos – e estamos superando – com êxito.

Um êxito que se deve, em parte, ao fato de havermos promovido também uma massiva inclusão social, ampliando o nível da renda nacional e reduzindo as nossas desigualdades socioeconômicas.

O segundo é o processo de transição democrática, que vem permitindo a reaproximação entre civis e militares com comunhão de interesses e elevado grau de transparência e maturidade.

Em outras palavras, meus senhores, mesmo em circunstâncias difíceis, logramos avançar admiravelmente.

Algumas inovações institucionais internas ao Ministério da Defesa também contribuíram bastante, nos últimos anos, para o processo de consolidação da Defesa como uma política pública.

Cito a criação do EMCFA, em 2010, e sua recente reestruturação, que dotaram o Ministério de capacidade para coordenar o emprego conjunto das Forças nos níveis tático e operacional.

Ao longo de seus primeiros quatro anos de atividades, o EMCFA vem contribuindo para uma atuação cada vez mais integrada das Forças Armadas, ao conduzir, com êxito, diversas operações, como a promoção da segurança em grandes eventos, as operações Ágata e a elaboração do Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa (PAED).

Paralelamente, a Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, criada em abril de 2013, constitui uma nova estrutura de comando, derivada da visão de estreita articulação civil-militar contida na Política Nacional de Defesa.

Em outras palavras, graças a essas medidas de reestruturação, o Ministério da Defesa hoje dispõe de condições institucionais adequadas para executar com sucesso as políticas que requerem o concurso de suas dimensões civil e militar.

Quero também sublinhar uma inovação específica: a promulgação da Lei 12.598, em 2012, que conferiu consistência e previsibilidade aos empreendimentos da indústria brasileira de produtos de defesa, por meio da concessão de vantagens tributárias e de condições especiais para sua produção.

Sob a égide dessa lei e por meio da Secretaria de Produtos de Defesa, criada em 2010, o Ministério tem trabalhado ativamente em prol da reorganização da indústria e da conquista de autonomia tecnológica nessa área.

Finalmente, cito a criação do Instituto Pandiá Calógeras, em 2013, que concluiu com êxito o projeto de instalar um instituto civil capaz de engajar a sociedade em pesquisas sobre a defesa e de produzir análises em apoio a o processo decisório no Ministério.

Ao longo de seus quase dois anos de atividade, o Pandiá logrou estabelecer-se junto à comunidade acadêmica brasileira e internacional e promoveu cerca de vinte eventos, internacionais em sua maioria, entre os quais se destaca o mais importante encontro de defesa no Brasil em 2014, o VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED).

Quero dizer-lhes que, ao assumir a pasta da Defesa, muito recentemente, me comprometi com a missão de dar continuidade, com os devidos ajustes, ao trabalho e aos processos legados pelas gestões de meus antecessores neste Ministério que, embora jovem, já logrou avanços significativos em benefício da defesa do Brasil.

Em relação às normas, não posso deixar de fazer referência conjunta aos três documentos da Defesa Nacional, atualizados recentemente, que informam e comunicam nossas percepções e diretrizes na área de defesa.

A Política Nacional de Defesa (PND) estabelece os objetivos e diretrizes para o preparo e emprego de nossas capacidades de defesa, com o envolvimento de civis e militares, em todas as instâncias de poder.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) orienta, mediante diretrizes precisas e mensuráveis, o modo como serão implementadas as ações e inovações destinadas a concretizar nossas intenções no campo da Defesa.

Finalmente, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), que o Brasil elaborou pela primeira vez em 2012, utiliza análises prospectivas para subsidiar a elaboração do planejamento e do orçamento da Defesa.

O processo de elaboração e atualização desses documentos contribui para envolver a sociedade no debate sobre Defesa e para explicitar as sinergias entre esta e outras áreas cruciais para promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável de nosso país, como ciência e tecnologia, indústria e comércio exterior e comunicações.

O vínculo entre defesa e desenvolvimento havia aparecido já na primeira edição da Política de Defesa Nacional, em 1996, mas se consolidou na de 2005 e, principalmente, na Estratégia Nacional de Defesa de 2008.

A Política de 2005 trouxe outras inovações, como a definição de nosso entorno estratégico e o profundo envolvimento da sociedade em sua preparação.

Esse diálogo muito se beneficiou de uma série de iniciativas do Governo e da sociedade que contribuíram para adensar nossa comunidade de especialistas em defesa nacional – e até nisso inovamos.

A esse respeito, destaco os resultados do Ciclo de Itaipava, o Pró-Defesa e a criação da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED).

Cada um desses documentos tem um papel específico, de modo que eles se harmonizam e se complementam para imprimir sentido às políticas públicas de defesa e para conduzir sua implementação de maneira dinâmica e integrada.

O fato de suas versões atualizadas terem sido conjuntamente apreciadas pelo Congresso Nacional em setembro de 2013 reforça sua legitimidade e constituiu uma inovação profunda para a comunidade de defesa brasileira.

Em certo sentido, ao resumirem nossa agenda, a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional funcionam como pontes entre Governo e sociedade e oferecem à sociedade melhores condições para acompanhar a execução da política de defesa do Estado brasileiro.

Essa prestação de contas legitima nossas ações nesse campo e fomenta a confiança com os países vizinhos, estabelecendo pontes para futuras iniciativas de cooperação.

Esses documentos servem, portanto, para promover e também para integrar esforços com os países do nosso entorno estratégico em prol do fortalecimento da condição pacífica da América do Sul e do Atlântico Sul.

Ao juntar-se ao grande número de países que já divulga essas informações por meio de livros brancos – nossa mais recente inovação –, o Brasil compromete-se com sua própria sociedade e com a comunidade internacional a imprimir transparência à execução de seus objetivos na área de defesa, como convém a um Estado democrático de direito.

A política de defesa brasileira consolida-se, dessa maneira, como uma política pública, no sentido mais amplo da palavra.

Ela pertence aos brasileiros, aos civis e aos militares que somam capacidades e esforços pela defesa nacional, pelo fortalecimento da indústria nacional de defesa, pela consolidação de nossa capacidade de dissuasão e pela cooperação na área de defesa.

Senhoras e senhores,

Quero concluir com uma mensagem positiva frente aos desafios de nossa conjuntura atual – internacional e doméstica – porque acredito que são ainda maiores as oportunidades que temos à nossa frente.

O Brasil protagonizou conquistas significativas nos últimos anos, e trabalharei à frente do Ministério da Defesa para que essas conquistas se consolidem ainda mais e para que defesa e desenvolvimento estejam mais interligados a cada dia.

Procurarei, para isso, superar os desafios conjunturais – internacionais e internos – com a ação inovadora e integradora de que venho falando essa manhã.

Os cursos que ora se iniciam são exemplos muito auspiciosos do que considero uma ação inovadora e integradora, e estou muito feliz que minha primeira grande mensagem como Ministro da Defesa tenha sido transmitida nesse contexto a uma audiência tão distinta.

Sei que tenho aqui, entre as senhoras e os senhores, grandes formuladores, operadores e líderes no campo da Defesa Nacional.

Trabalhem juntos por um Brasil mais forte, justo, desenvolvido e soberano.

Formulo, finalmente, meus votos de que o Curso Superior de Defesa e os demais cursos que se iniciam na ESG e nas Escolas de Altos Estudos neste ano sejam oportunidade de aprendizado, de aperfeiçoamento e de fortalecimento de vínculos.

Eis o que as senhoras e os senhores têm diante de si: a possibilidade de construir esses vínculos, de conhecer melhor as Forças irmãs, de aproveitar o ambiente de aprendizagem oferecido por nossas tradicionais escolas para se aperfeiçoar como marinheiros, soldados e aviadores e, principalmente, como cidadãos patriotas.

E, ao fazê-lo, de melhor se prepararem para assumir as altas responsabilidades que os aguardam nos próximos anos.

Muito obrigado a todos e sucesso!